

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**FORMAÇÃO INTERCULTURAL PARA EDUCADORES INDÍGENAS**

Janaína Ramos De Souza

**A história do território e da escola de Rancharia**

Aldeia Tenda/Rancharia

Belo Horizonte, Maio de 2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**FORMAÇÃO INTERCULTURAL PARA EDUCADORES INDÍGENAS**

Janaína Ramos De Souza

**A história do território e da escola de Rancharia**

Monografia apresentada ao Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Ciências Sociais e Humanidades.

Orientador: Prof. Pedro Rocha

Belo Horizonte

Maio 2017

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado essa oportunidade de finalizar o meu trabalho, a minha mãe Carmelita Ramos, a meu pai Manoel Possidônio (*in memoriam*), aos meus irmãos Janete, Vildaik e Inaldo Ramos, aos meus sobrinhos, pelo apoio e força durante esses quatro anos.

A todos da minha comunidade, principalmente aqueles que me ajudaram, com as entrevistas, fotos, documentos, que compartilharam comigo essas histórias.

Aos professores da UFMG, pela oportunidade. À coordenadora do curso Maria Gorete, ao professor e coordenador da turma CSH, Paulo Maia, ao meu orientador Pedro Rocha, pela paciência, compreensão, pelas orientações e generosidade em compartilhar seu conhecimento contribuindo para minha formação profissional. A todos os funcionários da UFMG que de uma forma ou de outra participaram dessa grande vitória.

Muito obrigada a todos!!!

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo resgatar um pouco da história do território e da escola de Rancharia. Vou contar a história desde o início da demarcação, como ocorreu, quem foram os fundadores, quem deu a iniciativa para luta pela terra de Rancharia, os benefícios que a comunidade teve com a demarcação da terra, como eles estão sobrevivendo, e os recursos obtidos. Além disso, descrevo como a escola de Rancharia está funcionando. Para a pesquisa utilizei entrevistas com pessoas da comunidade, especialmente os mais velhos, pesquisas bibliográfica de documentos e fotos. Isso tudo para tentar manter a história viva para que não só a geração atual, mas todos conheçam a história da Terra Indígena Xakriabá de Rancharia.

Palavras-chave: escola Xakriabá Kuhinan, Terra Indígena, Território, Luta, Educação Diferenciada

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	6
PARTE 1: O TERRITÓRIO .....	8
1.1. A HISTÓRIA DO TERRITÓRIO .....	9
1.2 OS BENEFÍCIOS QUE A COMUNIDADE OBTVEU AO DECORRER DOS ANOS. ....	14
1.3. COMO ESTÁ A VIDA DA COMUNIDADE HOJE? .....	16
PARTE 2: A ESCOLA .....	18
2.1. A escola indígena dentro do sistema ensino .....	19
2.2. O movimento dos professores indígenas da escola kuhinÑn Xakriabá.....	23
Considerações Finais.....	31
BIBLIOGRAFIA .....	32

Figura 1. Localização da Terra Indígena Xakriabá e Xakriabá/Rancharia. FONTE: Santos e Barbosa, 2012: 77.....	6
Figura 2. Lideranças anciões da Aldeia Rancharia junto com Seu Emílio da Aldeia Riacho, de cocar. Ao lado direito do Seu Emílio, está Seu Antônio Possidônio, quem lutou pela demarcação do território Xakriabá.....	13
Figura 3. Dona Madalena, mulher Xakriabá que participou da luta pela demarcação do território.....	13
Figura 4. Robertino Correa de Lacerda, liderança indígena da Aldeia Rancharia, foi uma pessoa que lutou muito pelo direito indígena, tanto pela terra, quanto pela educação. Ele com sua força foi líder que muitos seguiram, não teve medo do que iria lhe acontecer, mas, pensou no que não iria se ele não lutasse pelo seu povo. Como uma forma de homenagem, nossa escola batizou o caixa escolar com seu nome. ....	14
Figura 5. A escola antiga.....	29
Figura 6. A escola atual .....	30

## INTRODUÇÃO

Eu me chamo Janaína Ramos de Souza, sou da etnia Xakriabá, povo que pertence ao tronco lingüístico Jê e à família linguística Akwen. O território Indígena Xakriabá está localizado no norte de Minas Gerais, na divisa com o estado da Bahia, e próximo ao rio São Francisco. O mapa abaixo mostra a localização da TI no país.

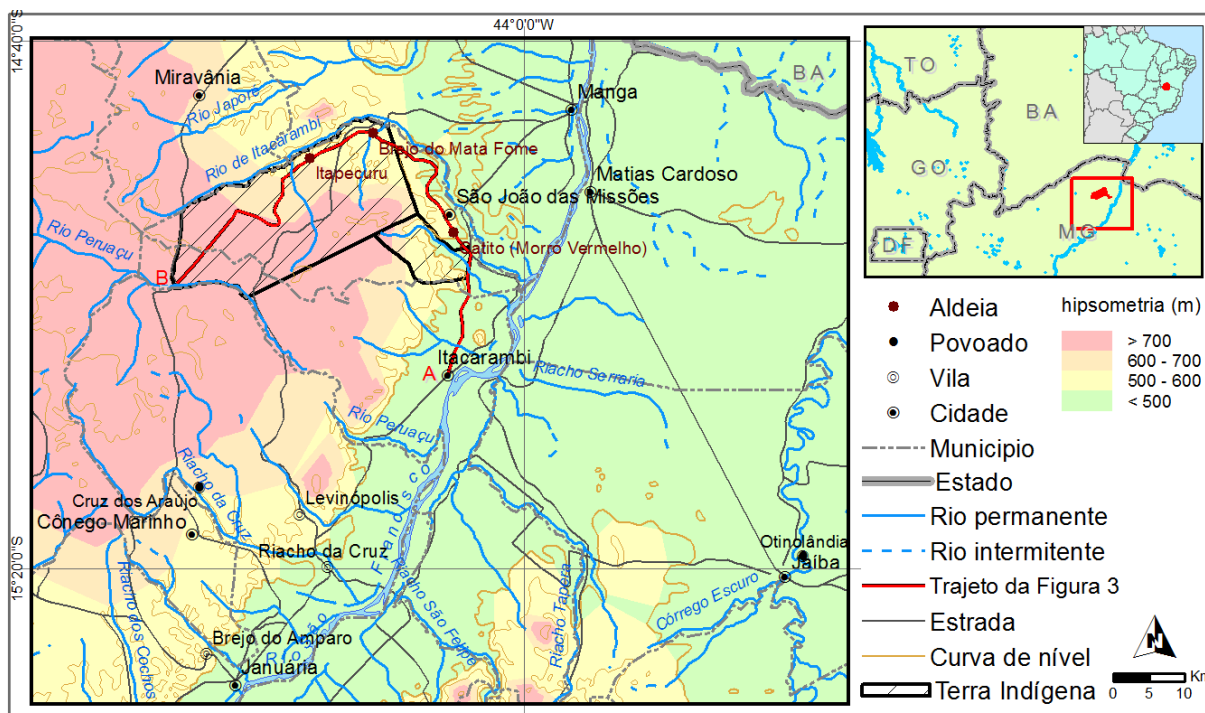


Figura 1. Localização da Terra Indígena Xakriabá e Xakriabá/Rancharia. FONTE: Santos e Barbosa, 2012: 77

Sempre estudei em escola pública não indígena. Primeiro na Escola Municipal Teodomiro Correa e, no segundo grau, na Escola Estadual Aline Dias Neves, onde me formei no ano de

2011. No ano seguinte, prestei vestibular para o Instituto Federal De Minas Gerais (IFMG), na cidade de Januária. Passei para o curso técnico de informática, com duração de um ano e meio. Em 2013, com incentivo da família, prestei vestibular no primeiro semestre de 2013, para o curso de Formação Intercultural Para Educadores Indígenas (FIEI), com habilitação na área de Ciências Sociais e Humanidade (CSH). Consegui passar, iniciando o curso no segundo semestre do mesmo ano. Ainda nesse mesmo ano, comecei a trabalhar na Secretaria de Desenvolvimento Social, no cargo de recepcionista, onde atuei por dois anos. Hoje presto serviço para o Programa do Bolsa Família.

Sempre morei fora da aldeia, na cidade de São João das Missões, porque minha mãe não é indígena. Assim, tive dificuldades para me envolver com a comunidade, principalmente por ter pouco contato com a cultura, mas, com dedicação e curiosidade, logo superei isso.

A minha comunidade Rancharia, onde mora a família do meu pai, tem aproximadamente 350 famílias, que vivem praticamente da agricultura e pequenas criações. Há pessoas da comunidade que são aposentados, e outras que são servidores do estado. Infelizmente ainda temos a evasão dos jovens da escola e, posteriormente, da aldeia, indo para fora para trabalhar, principalmente nas usinas de cana de açúcar do Mato Grosso.

O meu trabalho foi dividido em duas partes. Na primeira parte falo sobre a demarcação da Terra Indígena Xakriabá de Rancharia, sobre as pessoas que participaram da luta e as dificuldades enfrentadas por eles. Comento também os equívocos ocorridos no período da demarcação. Na segunda parte do trabalho vou falar sobre a Escola Kuhnã Xakriabá, onde trabalhei bastante com Proposta Política Pedagógica (PPP). Para fazer esse trabalho, também foram utilizadas entrevistas com os mais velhos, fotos e artigos científicos.

## **PARTE 1: O TERRITÓRIO**



## 1.1. A HISTÓRIA DO TERRITÓRIO

Por volta do século XVII, o território dos Xakriabá era composto por várias regiões do vale do Tocantins, Goiás, e também pelas margens do rio São Francisco. No início do século XVIII, ocorreram várias mortes entre povo Xakriabá. O bandeirante Matias Cardoso de Almeida chegou e começou a ter domínio sobre nós. Aldeou para poder catequizar. Com isso, tivemos que trabalhar para ele naquela época.

A Terra Indígena Xakriabá fica próxima da cidade de São João das Missões. No século XVIII, essa cidade foi fundada com o nome de São João dos Índios. Isso porque, nesse período, um índio Xakriabá encontrou, neste lugar, uma imagem de santo. A história conta que Matias Cardoso resolveu então levar essa imagem para a igreja de Matias Cardoso, cidade localizada do outro lado do rio São Francisco (igreja que, por sinal, os índios construíram obrigados). Mas, no dia seguinte, a imagem do santo se encontrava no mesmo lugar que os índios a tinham encontrado. Achando que fosse milagre, fizeram uma capela neste mesmo lugar, que hoje é denominado São João Das Missões. A imagem recebeu, portanto, o nome de São João, que é o padroeiro da cidade. A festa dele é comemorada no dia 24 de junho.

A cidade de São João está localizada em uma região que antes era dividida em duas capitanias: a capitania de Pernambuco e Capitania da Bahia. Nós, Xakriabás, estávamos localizados na capitania de Pernambuco, na margem esquerda do rio São Francisco, área que, neste período, fazia parte de uma missão jesuíta. Foi assim que nós começamos a ser aldeados, obrigados a falar o português e a seguir as religiões e costumes dos europeus.

No final do século XIX, o filho de Matias Cardoso, Januário Cardoso de Almeida, “doou” um pequeno pedaço de terra para os Xakriabás para eles ficarem trabalhando para ele. Na verdade, essa “doação” foi apenas a devolução de uma pequena parcela do território Xakriabá que nos foi roubado no processo de colonização. Os Xakriabás registraram a terra em dois cartórios, em Januária e em Ouro Preto. Mas, em 1850, foi promulgada a chamada “lei de terras”, e as terras dos Xakriabás foram consideradas devolutas.

No ano de 1927 iniciou um grande conflito na região onde hoje é a aldeia Rancharia. Os fazendeiros obrigaram os Xakriabás a fazerem uma cerca em torno da área que eles já

estavam confinados. Revoltados com isso tudo os Xakriabás colocaram fogo na cerca e alguns índios morreram. Essa revolta ficou conhecida como revolta do “Curral de Vara”.

Em 1940 uma nova lei foi feita, dizendo que todas as terras tinham que ser registradas. Os Xakriabás não possuíam o documento referente à “doação” de Januário Cardoso, por isso não conseguiram registrar a terra que ocupavam. Deste modo, a terra foi novamente considerada devoluta. Foi quando nossos antepassados foram atrás de providência para conseguir a posse das suas terras. Alguns índios começaram a viajar para Rio de Janeiro em busca de informações e apoio.

Entre 1960 e 1980, os Xakriabás procuraram a FUNAI, e houve uma suspeita contra a “indianidade” do grupo. Isso porque os Xakriabás não apresentavam as características estereotipadas que os brancos esperam ver nos índios, ou seja, muitos de nós não temos os cabelos lisos, não usamos mais os trajes tradicionais (apenas em ocasiões rituais), não falamos mais a nossa língua materna. Por isso, houve esse questionamento quanto à nossa “indianidade”.

Felizmente, essa postura é, hoje, ilegal. Desde 2004, quando foi ratificada a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, já não é possível questionar a “indianidade”, pois essa convenção estabelece que o único critério legal é o da auto-identificação. Segundo a convenção, “A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção”.

Voltando à questão da demarcação, houve, nesse período, várias negociações entre a FUNAI e governo do Estado, e várias propostas foram estudadas para a delimitação das terras Xakriabá. Se hoje a lei determina que a demarcação de terras indígenas deve ser feita de acordo com critérios técnicos, e a partir de um estudo interdisciplinar que leva em conta o território necessário e suficiente para a reprodução física e cultural dos povos indígenas, neste período, as demarcações eram feitas tendo como critério aspectos políticos e econômicos, para não houvesse impactos na população não índia. Ou seja, segundo o próprio relatório de Reestudo da Terra Indígena Xakriabá, foi “uma demarcação que não levou em conta as necessidades da população indígena, mas que, antes, priorizou a minimização de impactos sobre a população não indígena” (RCID TIXAK, 2013: 03).

Segundo o mesmo relatório, a demarcação da terra seria inicialmente de apenas de 10.000 hectares. Depois, aparece com o tamanho de 25.000 hectares, e logo após ela é regularizada com uma área de 46.000 hectares. Isso tudo foi feito sem levar em conta a opinião dos índios. Por isso, nesse processo, uma das maiores aldeias que existia na época foi excluída da demarcação, a aldeia Rancharia. Essa falha só foi corrigida anos depois, após vários estudos da FUNAI, e de muita luta do povo Xakriabá.

A luta pela demarcação da TI Xakriabá não encerrou nossa luta pelo território, pois, como eu disse, a demarcação deixou de fora uma das maiores aldeias, a aldeia Rancharia. Assim teve início uma nova luta para a demarcação da aldeia Rancharia. Foi quando Sr. Antônio Possidônio, o Sr. Robertinho e Dona Madalena começaram as viagens para Brasília e Governador Valadares. Mas sempre tinha uma complicação: as perseguições do município. O prefeito falava que Rancharia não poderia ser demarcada, porque isso acabaria com o rendimento da cidade, conforme afirmou o Sr. Antônio Possidônio de Souza, um dos entrevistados desta pesquisa (15/12/2015):

Por ser um município pequeno, então tinha aquela polêmica do prefeito estar interferindo, falando que não poderia demarcar a terra porque acabava com o rendimento do imposto da cidade.

Mesmo com toda essa dificuldade a luta continuou. Em 1996 veio o pessoal do Grupo Técnico da FUNAI para iniciar a demarcação, mas o prefeito e os fazendeiros não aceitavam. Com isso as ameaças e as perseguições ao nosso povo só aumentaram.

Conforme me explicou o Sr. Antônio ( 15/12/2015):

Eles diziam assim: ‘Vou tirar o couro da cara do Antônio e do Robertinho e pregar num pé de pau’. Aí eu pensava, ‘O meu deus será que vai acontecer isso mesmo comigo?’.

Mas a luta não parou, mesmo com todos os conflitos e ameaças. Logo em seguida o Sr. Robertinho faleceu, e a D. Madalena foi embora para São Paulo. Aí só ficou o Antônio Possidônio para seguir em frente com a luta. Ele chegou a pensar em desistir, pois ele sozinho já não estava aguentando tanta ameaça e perseguição. Sua mãe também sofria muito, pois qualquer hora poderia encontrá-lo morto.

Segundo Antônio (15/12/2105):

Sozinho, saí chamando as pessoas para me ajudar a continuar com a luta, mas eles não queriam, por medo. Chamei o meu primo Dito, mas ele me falou que estava muito novo para morrer. Chamei também o atual cacique de Rancharia, o Agenor, só que ele falou que não ia entrar nessa não, porque estava indo trabalhar em Mato Grosso. Aí falei 'é só deus e eu mesmo', e continuei sozinho. Não podia nem trabalhar, porque os fazendeiros Geraldo Ribeiro, e um tal de Zé Gentil falavam que iam me matar de qualquer jeito, e quando arrumava um serviço tinha que ser escondido, lá pro lado da Bahia. Mas eu não podia ficar fora daqui, porque eu tinha que estar em contato com a FUNAI, com a Procuradoria da República de Brasília e Valadares - Ana Flavia, de Belo Horizonte e Marco Paulo, de Brasília. Eles me ligava no orelhão do posto de saúde de Rancharia, ou no orelhão lá do São Bernardo, onde eles me passavam as informações sobre a demarcação. E em umas dessas ligações tive a notícia que finalmente a TI de Rancharia seria demarcada. No período de 2000 a 2001 a terra indígena Xakriabá de Rancharia foi demarcada.

Depois disso, no ano de 2007, a aldeia de Rancharia teve uma divisão. Com a primeira etapa de estudos feita pelo Grupo Técnico da FUNAI, politicamente ela passou a ser duas aldeias distintas: aldeia Tenda Rancharia, sendo comandada pelo cacique Agenor Lopes da Conceição, com 178 famílias em 2009; e a aldeia Boqueirão por Antônio Possidônio de Souza, com apenas 10 famílias (RCRL TI XAKRIABA, 2013).

Abaixo vamos apresentar algumas imagens desse período histórico resgatadas pela pesquisa.



Figura 2. Lideranças anciões da Aldeia Rancharia junto com Seu Emílio da Aldeia Riacho, de cocar. Ao lado direito do Seu Emílio, está Seu Antônio Possidônio, quem lutou pela demarcação do território Xakriabá



Figura 3. Dona Madalena, mulher Xakriabá que participou da luta pela demarcação do território



Figura 4. Robertino Correa de Lacerda, liderança indígena da Aldeia Rancharia, foi uma pessoa que lutou muito pelo direito indígena, tanto pela terra, quanto pela educação. Ele com sua força foi líder que muitos seguiram, não teve medo do que iria lhe acontecer, mas, pensou no que não iria se ele não lutasse pelo seu povo. Como uma forma de homenagem, nossa escola batizou o caixa escolar com seu nome.

## **1.2 OS BENEFICIOS QUE A COMUNIDADE OBTEVE AO DECORRER DOS ANOS.**

Com a demarcação da aldeia Rancharia, a comunidade teve um grande avanço em diversas áreas. O primeiro avanço foi a mobilização e a organização da comunidade em torno do curso de magistério indígena, que resultou na seleção de 8 alunos da comunidade. Logo em seguida, no ano de 2003, ocorreu a implantação escola diferenciada, com a participação da comunidade, dos professores e da associação. Um dos objetivos da escola era a valorização da identidade indígena, coisa que não era trabalhada na escola anterior, a Escola Estadual Eliazar Jose Rodrigues. Nessa escola, não-indígena, aos alunos Xakriabás era oferecido o mesmo conteúdo que para os alunos não-indígenas.

A associação da Aldeia Tenda/Rancharia foi criada em 1986, antes mesmo da demarcação. Funcionava na comunidade de São Bernardo, e tinha o nome de Associação dos Pequenos Produtores Rurais. Depois da demarcação da Terra Indígena Xakriabá de Rancharia, essa associação se desmembrou. A partir deste desmembramento foi criada uma associação só de

indígenas, com o nome de Associação Indígena da Tenda, que vem crescendo cada vez mais. Hoje essa associação tem muitos projetos na comunidade. Por meio destes projetos, por exemplo, foi construído um galpão para serem realizadas as reuniões da comunidade.

Depois da demarcação, a unidade de saúde também foi construída na comunidade, e hoje atende índios e não índios. Antes da demarcação, quando não havia posto na TI e os indígenas eram obrigados a procurar tratamento na cidade de São João das Missões, o atendimento era de 15 em 15 dias ou uma vez por mês. Hoje temos na aldeia a unidade com atendimentos todos os dias da semana, tendo uma equipe com médicos, enfermeiros, dentistas.

Várias obras de infraestrutura também só foram realizadas após a demarcação. A água encanada para toda comunidade é um exemplo. Ela trouxe grandes melhorias para a população, pois antes, na comunidade, as únicas fontes de água eram a lagoa e os riachos próximos da comunidade.

Sobre tudo, de todos esses melhoramentos, está o reconhecimento do direito originário das terras que tradicionalmente habitamos, conforme previsto no artigo 321 da Constituição Federal .

ART. 231 - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Mas essa demarcação não foi o fim da luta do nosso povo Xakriabá. Ainda reivindicamos o reconhecimento de uma grande área, que mesmo após todos os estudos continua de fora do perímetro da Terra Indígena. O memorial descritivo dessa área reivindicada é o seguinte: Em sua porção Oeste, saindo da aldeia Peruaçu, e seguindo o rio Peruaçu, até chegar no Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu. Esta porção está ocupada em grande parte de fazendeiros não-indígenas, e contém um grande latifúndio, a Fazenda Vargens Grande.

Seguindo pela direção leste do Rio São Francisco, há as comunidades de Ilha do Capão e do Remanso, onde têm pessoas com parentesco com os Xakriabás, principalmente com o pessoal

de Rancharia. Descendo um pouco mais, no sentido oeste-leste do rio Itacarambi está a comunidade Morro Vermelho ou Catito, que se encontra ocupada e à espera da demarcação.

### **1.3. COMO ESTÁ A VIDA DA COMUNIDADE HOJE?**

O principal meio de sobrevivência da comunidade é a agricultura e a criação de bovinos e aves. Como a região é muito seca, e o período de chuva é somente de três meses, é bem difícil ter uma colheita boa. A comunidade planta milho, mandioca, feijão, abóbora, melancia, andu, fava. Tem também a caça, mais que teve uma grande diminuição com a extinção dos animais, e também com proibição do IBAMA e do IEF (Instituto Estadual de Florestas). Os animais mais procurados são tatu, mocó, lambu, cotia, juriti, veado, paca, caititu entre outros.

Há algum tempo a agricultura era toda familiar. As pessoas faziam mutirões para derrubada, a queimada e a limpa das roças. Hoje são poucas famílias que fazem isso. Muitos preferem a forma mais moderna, e utilizam tratores para manejar as roças. A agricultura de coivara não é mais utilizada, ou utilizada muito pouco. As enxadas foram substituídas pelos venenos.

A falta de chuva, e as colheitas não muito boas, influenciam bastante no maior ou menor uso produtos industrializados. Quando chove bem, o mais comum é que os dois tipos de produto, industrializados e naturais, sejam utilizados. Quando a colheita é ruim, os industrializados têm mais utilidades na aldeia.

Além da agricultura e pecuária, os programas de distribuição de renda do Governo Federal também fazem parte da renda de algumas pessoas da comunidade. Algumas famílias da comunidade, que possuem renda abaixo de R\$ 170,00 por pessoa, ou que não possuem nenhuma renda, participam do programa Bolsa Família, que tem uma parceria com a prefeitura e a secretaria de desenvolvimento social da cidade de São João. Também há idosos que possuem a aposentadoria rural por idade, ou por morte, auxílio doença, e o salário maternidade em parceria com INSS da cidade de Manga e Januária.

No ano de 2004 teve início uma grande mudança na Terra Indígena Xakriabá e na Terra Indígena de Rancharia. Neste ano foi eleito o primeiro índio prefeito do estado de Minas Gerais, Jose Nunes de Oliveira. Ele resolveu entrar na política para trazer mais melhorias para



o povo Xakriabá, e com ele vieram mais 6 vereadores índios. Assim as comunidades tiveram mais participação nos projetos do governo.

Com a implantação da escola houve também a abertura de novos postos de emprego na comunidade, como cantineiras, serventes escolares, porteiros e professores.

Antigamente, cavalos, carroças, jegues, carroções de boi, eram os meios de transporte utilizadas para ir na cidade, ou para roças. Hoje em dia as locomoções são, em sua maioria, motos e carros, que são utilizados em qualquer situação. As pessoas da comunidade vão com muita frequência à cidade, porque todos os setores municipais ficam na cidade, e é lá que temos que ir para resolver problemas relacionados ao governo. O período de maior acesso à cidade é no dias de pagamentos dos servidores estaduais e municipais, ou do programa bolsa família.

## **PARTE 2: A ESCOLA**

## 2.1. A escola indígena dentro do sistema ensino

Existem leis e normas que estabeleceram que os grupos indígenas do país têm o direito a uma educação escolar diferenciada da educação oferecida para o resto da população. Todas essas mudanças na legislação relacionada à educação só foram possíveis devido a uma mudança de postura do Estado Brasileiro em relação aos povos indígenas.

Antes de 1988, o Estado Brasileiro praticava com os povos indígenas uma política assimilacionista. Isso quer dizer que os índios eram vistos como uma categoria transitória, destinados, pela força da história, a tornarem-se “brancos”. Essa postura fica evidente no começo da Lei 6001/1973, o chamado “estatuto do índio”, onde vemos que a lei tem como propósito “integrar progressiva e harmoniosamente [os indígenas] à comunhão nacional”. E para essa “integração progressiva” o Estado não poupou esforços em atingir nós povos indígenas, através da demarcação de terras pequenas, e também através da educação, que antes de 1988 era oferecida por missionários ou outros agentes.

Em 1988, com muita luta dos povos indígenas, houve uma mudança de orientação. Se antes nós estávamos destinados a se integrar à “comunhão nacional”, isto é, a deixarmos de ser indígenas, hoje temos o direito constitucional de permanecer como índios, nas nossas terras, segundo nossa cultura própria, conforme vimos constar no artigo 231 da Constituição Federal, citado acima.

Foi a mudança da lei sobre as terras indígenas que possibilitou a mudança de orientação com relação à educação indígena. Assim, após 1988, diversas legislações foram publicadas para orientar o estabelecimento de escolas indígenas diferenciadas, com destaque as seguintes leis e normas:

- Constituição Federal de 1988, artigos 210, 231 e 232
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 1996
- Plano Nacional de Educação (PNE), 2001

Dentre as Normas estão:

- Resolução 03 do CNE – Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Escolar Indígena, 1999
- Parecer 14 do CNE – Diretrizes Nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas, 1999

Dentre essas normas a LDB me parece especialmente importante, pois coloca, em seu artigo 78, que:

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências; II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas.

Ainda na LDB, temos, no artigo 79, que:

A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa. §1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas. §2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos: I – fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena; II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas; III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; IV – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

O PNE, de 2001, também traz importantes recomendações para a política de educação indígena. Há nele todo um capítulo sobre isso, dividido em três partes. Na segunda parte são

definidas as diretrizes para a educação escolar indígena, e na terceira parte os objetivos e metas que deverão ser atingidos, a curto e longo prazo. Segundo o site do MEC:

Entre os objetivos e metas previstos no Plano Nacional de Educação destaca-se a universalização da oferta de programas educacionais aos povos indígenas para todas as séries do ensino fundamental, assegurando autonomia para as escolas indígenas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso dos recursos financeiros, e garantindo a participação das comunidades indígenas nas decisões relativas ao funcionamento dessas escolas. Para que isso se realize, o Plano estabelece a necessidade de criação da categoria escola indígena para Educação Indígena.

Com a criação dessas leis, nós indígenas, portanto, deixamos de ser considerados “uma espécie em vias de extinção”, e tivemos assegurado o direito de manter nossa diferença cultural. Permitiu também a integração dos direitos coletivos ao território, à cultura e à organização social própria, ao sistema jurídico brasileiro. Segundo Grupioni (2008:70):

Com o advento da Constituição de 1988 e dos direitos nela inscritos, os grupos indígenas no país foram, então, alçados a um novo patamar jurídico: o de serem reconhecidos como coletividades portadoras de modos de organização social próprios, que têm direito a manterem suas línguas, tradições e práticas culturais, em terras tradicionalmente ocupadas para uso permanente, onde possam reproduzir-se física e culturalmente

A inclusão das escolas indígenas no ensino é algo de difícil construção, pois há vários problemas. Como realizar a educação específica e diferenciada prevista na constituição? A secretaria de educação tem que definir estratégias para promover uma educação escolar intercultural e específica, e há um descompasso entre a diretriz nacional e sua realização local. Os gestores dos Estados e Municípios normalmente não estão preparados para lidar com a educação específica e diferenciada.

O processo de criação de escolas indígenas seguiu caminhos específicos segundo os povos e as regiões. Entre nós Xakriabás, segundo Ana Gomes (2006:316):

A criação das escolas estaduais indígenas pelo programa de implantação das escolas indígenas de Minas Gerais (PIEI-MG) foi um fato muito marcante. Pois garantiu o direito à educação diferenciada e estabeleceu seus parâmetros de funcionamento.

Ainda segundo a mesma autora (*idem*, p.16):

O processo de escolarização do povo Xakriabá foi intensificado de modo muito acelerado com o início do funcionamento das escolas estaduais indígenas. Em pouco mais de dois anos, os Xakriabás passaram de uma oferta escolar que atendia a menos da metade da demanda a apresentar um quadro semelhante a oferta em Minas Gerais, com reivindicação de abertura de outras modalidades de ensino (educação infantil e educação de jovens e adultos), além da proposta de criação do ensino médio e de acesso a universidade. É a marcante forma dos Xakriabás em implementar a expansão da escolarização.

Atualmente a reserva possui 37 aldeias, com escolas sedes em todas elas. Essas escolas atendem a educação infantil, ensino fundamental e médio.

A Educação Indígena tem como objetivo resgatar e preservar a cultura do povo indígena Xakriabá. É direcionada e administrada conforme os princípios culturais, sócio-econômicos e políticos da comunidade ou povo. É uma educação construída juntamente com a comunidade, tendo esta a autonomia de escolher os profissionais que irão trabalhar na escola, assim como participar, sugerir idéias nos debates referentes à educação, tanto na Aldeia como em nível de Secretaria de Educação. A educação indígena tem que ser: específica, diferenciada e de qualidade, porque é função desta mesma respeitar todos os aspectos culturais do povo. É papel de seus profissionais promoverem uma educação de qualidade em que se ensinam conhecimentos não indígenas, mas sem esquecer os conhecimentos do povo Xakriabá e dos seus direitos, respeitando a diversidade cultural do mundo e fazendo respeitar-se como parte desse aspecto da diversidade.

## **2.2. O movimento dos professores indígenas da escola kuhinÃn Xakriabá**

Com a demarcação da aldeia de Rancharia, houve a nomeação do cacique Antônio Possidônio de Souza. Foi ele que lutou para que a terra fosse demarcada, assim ele teria o compromisso de ajudar a comunidade no que fosse preciso. Logo, a aldeia teria que ter uma escola, pois os índios estudavam na escola dos não indígenas.

No ano de 2000 houve a primeira reivindicação para que em Rancharia funcionasse uma escola diferenciada e específica para atender as crianças indígenas da Aldeia Rancharia, que até então frequentavam a Escola Estadual Eliazar José Rodrigues. Nesse contexto, foi elaborado um Plano Político Pedagógico (PPP) para atender as demandas por uma educação diferenciada na aldeia Rancharia. Nesse PPP, lemos que:

A portaria de nº 559/91 que garante as comunidades indígenas educação básica (ensino fundamental e médio) de qualidade, laica, diferenciada e que respeite e fortaleça seus costumes, tradições, processos próprios de aprendizagem e que reconheça suas organizações sociais. Já funcionavam as escolas Indígenas Brejo Mata-Fome, Barreiro Preto e em outras comunidades indígenas. No final do ano 2000, com o processo de demarcação já bastante avançado e resolvido, o cacique, juntamente com lideranças e comunidade, reivindicou a participação de pessoas da reserva (Rancharia) no curso de Formação de Professores Indígenas de Minas Gerais. O Magistério que aconteceu à partir do mês de novembro do mesmo ano. Essa já seria a segunda turma de professores a ser formada, uma vez que a primeira já havia sido formada e já estava trabalhando nas aldeias. Antes da partida para o parque do Rio Doce, onde aconteceria o curso, foram selecionados (08) pessoas de Rancharia, que foram: Abel Nunes de Oliveira, Ediney de Jesus Souza, Eder Possidônio de Sousa, Janete Ramos de Sousa, Iris Gomes de Oliveira, Janine Ribeiro dos Santos, Nilma Rodrigues de Sousa e Jucilene Viana Oliveira.

No início do ano de 2002, houve a primeira iniciativa que iniciasse o ano letivo da escola diferenciada, mas, como na Reserva Indígena Xakriabá de Rancharia ainda não tinha prédio próprio para o funcionamento da escola, a comunidade decidiu adiar para o ano seguinte. No final do ano de 2002, a comunidade mobilizou-se para reivindicar junto à Secretaria de Estado da Educação e à coordenação do Plano de Implementação das Escolas Indígenas de Minas Gerais (PIEI) a inicialização do ano letivo em 2003.

No início do ano de 2003, finalmente iniciou o funcionamento da Escola Estadual Indígena Kuhnã Xakriabá, vinculada a Escola Estadual Indígena Bukimuju. No ano de 2004, de acordo com o Decreto nº 43.739 de 06 de Fevereiro de 2004, foi autorizado o funcionamento da Escola Estadual Indígena Kuhnã Xakriabá de ensino fundamental, atendendo os ciclos de 09 anos conforme a forma de organização do ensino fundamental Indígena, de acordo a portaria Nº83/2004 publicado no DOE Minas Gerais em 14 de Fevereiro 2004. Com isso ocorreu o desmembramento dos CICLOS iniciais e complementares de Alfabetização, ficando apenas a 5ª série vinculada à Escola Estadual Indígena Bukimuju (ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA KUHINÃ XAKRIABÁ, 2015: 14).

Logo após a autorização de funcionamento, a escola passa a se chamar Escola Estadual Indígena Kuhnã Xakriabá. O nome Kuhnã surgiu através de pesquisas dos professores, juntamente com os mais velhos da comunidade, sendo um deles o Sr. Alberto, que hoje não se encontra mais entre nós. O nome *Kuhnã*, na língua Xakriabá, significa *Criança*. A escola iniciou atendendo no 1º ciclo até o 2º ano do 2º ciclo do ensino fundamental, vinculada a Escola Bukimuju.

Entre os 08 professores participantes do curso de formação de professores Indígenas, apenas 05 iniciaram o ano letivo trabalhando, que foram: Abel Nunes de Oliveira, Ediney de Jesus Sousa, Eder Possidônio de Sousa, Janete Ramos de Sousa, Janine Ribeiro dos Santos e duas merendeiras: Dazinha Rodrigues da Silva e Maria Rodrigues da Silva Santos. Antes de assumirem as salas de aulas esses professores, eles fizeram estágios em escolas da Terra Indígena Xakriabá. A escola iniciou sem nenhuma estrutura, funcionando em duas casas cedidas pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), sendo uma na Aldeia Boqueirão e outra na Sede (Rancharia). Nesse mesmo ano de 2004, através de reivindicações da comunidade, a



FUNAI liberou verbas para a construção de duas salas, para as quais a Prefeitura Municipal de São João das Missões também colaborou, na compra de material para a construção.

No início do funcionamento da escola Kuhnã, os professores encontraram algumas dificuldades para exercer suas funções. Todos eram inexperientes, e a estrutura, tanto do espaço físico (prédio) como dos materiais de apoio pedagógico, eram precários.

No segundo semestre desse mesmo ano de 2004, a demanda para a formação de professores indígenas crescia em toda reserva Xakriabá, ficando certa a formação da terceira turma de professores indígenas para o final do ano de 2004. Em meados desse mesmo ano a comunidade Xakriabá de Rancharia, através de reunião, decidiu mandar mais pessoas para participar do curso de formação de professores indígenas, sabendo que no ano seguinte, os professores que atendem a escola não seriam mais suficientes para atender toda a demanda da comunidade. Então no final do 2º semestre foram para o parque Estadual do Rio Doce três pessoas da comunidade de Rancharia, para formarem-se professores que foram: Cleidisson Batista dos Santos, Reginaldo Gomes de Oliveira, Julio César Lopes de Oliveira.

No início do ano 2005 foi aprovada pela S.E.E. (Secretaria Estadual da Educação) Autorização à implantação dos quatro anos finais do ensino fundamental de acordo a resolução nº. 643,20/01/2005. A escola passou a atender a 5ª e 6ª série, com o aumento das turmas foi necessário contratar os outros três (03) professores: Nilma Rodrigues de Sousa, Íris Gomes de Oliveira, Jucilene Viana Oliveira e uma serviçal, Cândida Alves de Sousa.

No ano de 2005 a escola recebeu mais uma turma de alunos que vieram da creche, e passou atender a 6ª série. Isso fez crescer a demanda por professores, fazendo-se necessário a contratação desses novos professores. Em 2005 aconteceu mudança no cargo de serviçal, por decisão da comunidade Indígena Xakriabá de Rancharia, ficando a contratação de novas serviçais a cada ano em forma de rodízio.

Os problemas administrativos e pedagógicos da escola eram resolvidos pelo coordenador, Abel Nunes de Oliveira.

Com o aumento das turmas a escola passou a comportar o cargo de diretor. Como já havia acontecido a eleição para a escolha da pessoa, em 2005 permaneceu o escolhido o professor:

Eder Possidônio de Sousa. Em função da Escola Estadual Indígena Kuhinã Xakriabá estar crescendo, houve aumento no quadro de servidores e alunos.

A Escola Estadual Indígena Kuhinã Xakriabá encontra-se com a estrutura da casa escola com: 03 salas, 02 banheiros, 01 cozinha e 01 depósito. Esta estrutura não atende a demanda da comunidade, pois a mesma necessita de um prédio que contribua para uma educação específica, diferenciada e de qualidade, através do acordo do ofício n°. 225/2006 da DEIF da SEE/MG, que concede autorização especial para funcionamento da organização de ensino Fundamental e série, assim proposta: PPA (Período preparatório de alfabetização) destinadas as crianças de 6 anos e organização de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental e também o Ensino Médio.

No ano de 2009, o professor Eder Possidônio de Sousa, que ocupava o cargo de diretor desta escola, comunicou as lideranças da comunidade a necessidade de sair do cargo de diretor e voltar ao seu cargo de professor. Após confirmação das lideranças, foi marcada uma reunião com a comunidade para informar este fato e fazer uma eleição com todos os professores de nossa escola. Após a eleição com a comunidade o professor Abel Nunes de Oliveira ficou em primeiro lugar e Nilma Rodrigues de Sousa em segundo.

Abel Nunes de Oliveira aceitou assumir a direção, mas por apenas 2 anos, sendo que nos outros 2 anos a segunda colocada assumiria. Assim aconteceu. Abel Nunes de Oliveira ficou na direção da escola nos anos de 2009 e 2010 e a partir de 2011 a servidora Nilma Rodrigues de Sousa assumiu a cargo de diretora da referida escola. Com o aumento das turmas a escola passa a ter direito ao cargo de vice-diretor. As lideranças e comunidade de Rancharia indicaram o servidor, Gilson Rodrigues de Almeida ao cargo de vice-diretor.

A partir da publicação, na data de 22 de Março 2011, o servidor passa atuar como vice-diretor da referida escola. Afastada em licença maternidade a servidora Nilma Rodrigues de Sousa passa a ter como substituta a servidora Janine Ribeiro dos Santos, a contar da publicação de 08 de Outubro 2013 a 14 de Março 2014. Devido ao fato da servidora substituta estar enquadrada na Lei 100/2007, não podendo ser autorizada ao cargo de diretor escolar, a comunidade decide nomear o vice-diretor ao cargo de Diretor. Em 31 de Março 2014 fica autorizada a dispensa de vice-diretor, e nessa mesma data autoriza a designação de Diretor escolar do servidor Gilson Rodrigues de Almeida. As lideranças e comunidade decidem

indicar a servidora Janine Ribeiro dos Santos ao cargo de vice-diretor. Na data de 10 de Outubro 2014 fica autorizado a designação de vice-diretor da referida servidora.

Em Janeiro do ano de 2014, de acordo a portaria 153/14 publicado no Diário Oficial de Minas Gerais, ficou autorizado o funcionamento da turma vinculada da aldeia Boqueirão. Em 05 de abril deste mesmo ano de 2014, de acordo a portaria nº543/2014 publicado no DOE Minas Gerais, fica autorizado, em caráter excepcional a partir do ano letivo de 2014, o funcionamento da educação infantil na E.E.I. Kuhnã Xakriabá.

Como dissemos, a Escola Estadual Indígena Kuhnã Xakriabá localiza-se na reserva Indígena Xakriabá no município de São João das Missões, e atende hoje a 276 Alunos desde a educação infantil de 4 anos até o 3º ano do ensino Médio.

O quadro de profissionais da Escola Kuhnã é composto de (01) diretor, (01) vice-diretor, (02) auxiliares de secretaria, (02) supervisor pedagógico, (09) professores regentes de turma de 1ª a 4ª série, (01) professor eventual, (15) professores regentes de aula de 5ª a 8ª série, (12) professores regentes de aula no ensino médio, (02) professores no uso da biblioteca, (07) Auxiliares de Serviços Gerais (03) Auxiliares de Serviços gerais do tempo integral, (01) professor da sala recurso (05) professores de tempo integral e (01) coordenador tempo integral.

A escola possui prédio próprio cuja estrutura física é composta por: Bloco 1: (04) salas, (01) cantina, (02) banheiros, (01) depósito de merenda que usamos como secretária. Bloco 2 : A FUNAI liberou recurso para a construção de duas salas e a prefeitura contribuiu com a compra do material de construção de (02) salas e (02) banheiros.

A escola possui um pátio de aproximadamente 5.000 metros quadrados. Seu funcionamento é em regime parcial. Possui dois segundos endereços, um localizado na Aldeia Boqueirão atendendo a (13) alunos da Educação Infantil a 4ª Série, do ensino fundamental, que funciona numa casa cedida pela FUNAI, o outro funciona na aldeia Morro Vermelho atendendo (22) alunos desde a Educação infantil a 4ª série.

A Proposta Política Pedagógica da Escola Estadual Indígena Kuhinã Xakriabá foi criada em 2006 entre os meses de Março e Junho, em momentos distintos, alguns com participação de técnico da Superintendência de Januária como orientadores. Em outros momentos, somente com professores, Diretor, Ajudante de Serviços Gerais e Comunidade Escolar (pais e lideranças).

Nessas reuniões, em um primeiro momento foi apresentado o Histórico da Escola, o início das reivindicações da comunidade por uma educação específica e diferenciada, o ano em que a escola iniciou atendendo as crianças, as dificuldades enfrentadas e conquista dos profissionais da escola. Ainda nesse primeiro momento, foi descrito o funcionamento da escola, como a escola funciona, a participação da comunidade nos processos administrativos e pedagógicos, a diferença de uma escola indígena para uma escola regular do Estado. A concepção da comunidade foi de fundamental importância para o desenvolvimento do texto. E por fim esse primeiro momento foi finalizado com o contexto sócio- econômico e cultural, onde é citado como a comunidade escolar vive.

O segundo momento das reuniões ficou para descrever a forma como os alunos vão ser avaliados. Por essa parte ser mais complicada, foi necessário a participação dos técnicos da superintendência. O terceiro e último momento fechou com os textos da Organização Pedagógica, tempo Escolar, Espaço Escolar, Organização dos Alunos, objetivos gerais do ensino fundamental. Isso exigiu um grande esforço e dedicação da parte dos funcionários e da comunidade. Nesse mesmo momento de desenvolvimento da proposta, tivemos que elaborar outros textos referentes à mesma estrutura organizacional administrativa, estrutura pedagógica, procedimentos Metodológicos, Instrumentos de trabalho, planejamentos e avaliação Institucional, Processo de decisão coletiva, relações escolares, currículo e educação especial.

Essa foi a parte mais difícil, justamente por ser preciso concluir vários temas, alguns mais complicados como a construção do currículo, o planejamento e Avaliação Institucional. Portanto vale lembrar que nesse momento estiveram presentes os técnicos da Superintendência, auxiliando o trabalho, assim como a participação dos professores, ajudante de serviços gerais, diretor, lideranças, vice-cacique e comunidade.

Esperamos que esse seja apenas o início desta Proposta Política Pedagógica, que assim como a educação indígena é flexível, ela também vá se concretizando no decorrer dos anos, como crescimento da escola na qual acreditamos.

Abaixo duas imagens, a primeira, da escola antiga, e a segunda, da escola atual.



Figura 5. A escola antiga



Figura 6. A escola atual

## **Considerações Finais**

Nesse trabalho, procurei analisar o processo de demarcação da aldeia Tenda/ Rancharia, com o propósito de resgatar a história da demarcação da TI de Rancharia, pois a história estava ficando esquecida, muitos dos nossos antepassados que participaram desse ocorrido já morreram. Também por curiosidade minha, em saber mais sobre o meu povo, e para muitos jovens que não conhecem passar a conhecer.

Neste trabalho também falei um pouco da E.E Indígena Kuhinã Xakriabá, porque a educação diferenciada foi uma das maiores conquistas que aconteceram depois da demarcação. A escola diferenciada e de fundamental importância na nossa comunidade, pois tem o como objetivo resgatar e preservar a cultura do nosso povo. É uma educação que é construída juntamente com o povo, respeitando a diversidade cultural.

Assim estamos lutando por uma educação indígena específica, diferenciada e de qualidade.

## BIBLIOGRAFIA

GOMES, Ana Maria. Aprender a cultura. In: LOUREIRO, Maria Helena Mourão; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *Cultura e educação: parceria que faz história*. Belo Horizonte: Mazza: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2006.

GRUPIONI, Luiz Donisete. Olhar longe, porque o futuro é longe Cultura, escola e professores indígenas no Brasil. SP: USP, 2008.

ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA KUHINÃN XAKRIABÁ. Projeto Político Pedagógico. São João das Missões, 2015.

FUNAI. Relatório Circunstanciado de Reestudo de Limites da Terra Indígena Xakriabá. Brasília, 2013.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT. Brasília: OIT, 2011.

SANTOS, R. E. Barbosa. “Memória Xakriabá: migrações e mudanças alimentares”. Em: *Ateliê Geográfico*, v.6, n.3, 2012, Goiânia-GO, p.77.